

**ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA****Dr. Francisco Gerlene Aragão Araújo - OAB- CE 19.740****Rua Francisca Clotilde nº. 940, Bairro Rodolfo Teófilo, Fortaleza-Ce****Fone: (85) 99680-3114 e-mail: franciscogerlene@hotmail.com**

EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DE DIREITO DA
FORTALEZA/CE.

VARA CÍVEL DA COMARCA DE

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

RIVELINO TIBÚRCIO DE SOUSA, brasileiro, casado, motorista, portador da carteira de identidade nº 60.820.203-4 SSP/SP e CPF nº. 016.619.463-80, residente e domiciliado na Rua Otávio Cassiano, 099, Distrito de Macaoca, Madalena-CE, CEP: 63.860-000, por intermédio de seu advogado devidamente constituído, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, CNPJ nº. 09.248.608/0001-04 com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos e fundamentos que se seguem, para ao final requerer:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA por ser pobre na forma da lei, não podendo, portanto, arcar com à custa processuais e honorários advocatícios sem prejuízo dos próprios sustentos e de sua família, tudo com base no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal/88 o que pode ser feito mediante simples afirmação na própria petição inicial.

PRELIMINARMENTE

No caso em apreço, é imprescindível que este douto juízo determine a demandada que apresente na primeira oportunidade, ou seja, **até a contestação**, copia do processo administrativo sob pena de **multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

Pois o mesmo possui o laudo do médico perito da própria seguradora que comprova o nexo-causal do acidente automobilístico e o dano sofrido pelo autor, **demonstrando, inclusive a qualificação e quantificação do grau de invalidez que levou a requerida (seguradora) a efetuar o pagamento na via administrativa de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), em 28 de novembro de 2017, conforme comprovante em anexo.**

DOS FATOS

O requerente foi vítima de acidente de trânsito no dia 08 de novembro de 2015, por volta das 15h50min, na Cidade de Muriae/MG, quando conduzia o veículo **SCANIAR 400 A4X2 PLACAS EOF-9031, COR VERMELHA, ANO 2012, licenciada em nome de WM TRANSPORTES URUPES LTDA, sendo que** em uma curva perdeu o controle direcional do veículo que tombou sobre a pista de rolamento. O requerente foi socorrido pelo Corpo de Bombeiro de Muriae e encaminhado ao Hospital Casa de Caridade de Muriae Hospital São Paulo, e foi diagnosticado com Traumatismo Crânio-encefálico, conforme descrito no Tomografia anexo.

Com isso, Excelência, ciente da existência do seguro obrigatório DPVAT, legalmente estabelecido pela Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, o requerente encaminhou o pedido administrativo perante a requerida, cujo processo tramitou sob o nº. **3170600042**, a fim de receber os valores definidos na aludida Lei Federal, qual seja, 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) (Art. 3º. "II"), uma vez que foi constatada sua invalidez em virtude das seqüelas oriundas do acidente de trânsito.

A invalidez permanente do requerente foi **averiguada pelo médico perito da própria seguradora, a mesma prontamente reconheceu a invalidez permanente constatada por seu perito**, quando pagou na via administrativa a quantia de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**.

Acontece íncrito magistrado, que o pagamento acima mencionado, disponibilizado pela Seguradora na data de **28/11/2017**, foi efetuado de forma incompleta, devendo ser complementada para o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais)**.

Tal prática posta em efeito pela Ré é claramente abusiva e ilegal, motivo este que se faz necessário à intervenção deste Juízo para resolução da presente lide.

DO DIREITO
DA OBRIGATORIEDADE E DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de invalidez permanente total ou parcial quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por invalidez permanente total ou parcial.

Assim, resta claro que o autor deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito, salienta-se que o direito do Autor, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, **sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos, o nexo causal entre o acidente de trânsito acima narrado bem como do dano suportado pelo Autor, qual seja; Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais no percentual de 100% (cem por cento),** outra opção não restava à requerida a não ser o pagamento do seguro Obrigatório – DPVAT, nos limites fixados pela lei.

Referida Lei ordinária federal, no seu art. 3º, “II”, determina que:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente.

Logo, ao invés de ter sido paga a quantia de **R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais)**, ao requerente conforme a tabela em anexo, somente foi paga a quantia de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**, restando ao autor o remanescente de **R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais)**, valor este que deverá ser acrescido de juros e correção monetária.

| | |
|------------------------------|-----------------|
| Valor devido | = R\$ 13,500,00 |
| Valor recebido em 28/11/2017 | = R\$ 3.375,00 |
| TOTAL DEVIDO | = R\$ 10.125,00 |

DO PEDIDO

Diante do exposto, vem o demandante requerer o seguinte;

O deferimento da assistência judiciária gratuita, de acordo com a Lei 1060/50, tendo em vista o demandante ser pessoa desprovido de recursos (hipossuficiente);

A citação da requerida para contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão.

Condenação da requerida em todos os seus termos, para pagar a diferença de **R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais)**, referente à diferença entre o valor devido de **R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais)** e o quantum efetivamente recebido.

Determinar a requerida que apresente copia do processo administrativo na primeira oportunidade, sob pena de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

Requer, por fim, a condenação da requerida aos pagamentos das custas processuais e honorários advocatícios, estes a serem arbitrados em 20% do valor da causa.

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova no direito admitidos.

Dá-se a causa o valor R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento

Fortaleza-CE, 07 de março de 2019.

DR. FRANCISCO GERLENE ARAGÃO ARAUJO

OAB-CE 19.740

ANEXO
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

| Danos Corporais Totais | Percentual da Perda |
|---|------------------------|
| Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | 100 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental | |
| alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre | |
| deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) | |
| comprometimento de função vital ou autonômica | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores | Percentuais das Perdas |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | 70 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | 50 |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar | 25 |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão | 10 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | Percentuais das Perdas |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | 50 |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | 25 |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | 10 |

